

POLÍTICA FLORESTAL E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

FOREST AND ENVIRONMENTAL PROTECTION POLITIC IN BRAZIL

Daniel Antonio Coelho Silva¹

RESUMO

Os objetivos desta reflexão teórica são de comentar forma introdutória o desenvolvimento da Política Florestal e de Proteção Ambiental no Brasil a fim de estimular os leitores a proporem novas formas de intervenção na realidade social e ambiental brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Política Ambiental; Natureza; Homem; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The objectives of this theoretical discussion are introductory comment as the development of Forest Politic and Environmental Protection in Brazil to encourage readers to propose new forms of intervention in Brazilian social and environmental reality.

KEYWORDS: Environmental Politic; Nature; Man; Public Politics.

1 – INTRODUÇÃO

Antes de se começar a falar propriamente de Política Florestal e de Política de Preservação ambiental faz-se necessário discutir um conceito que está presente de forma implícita no título deste artigo: o conceito de Políticas Públicas. Nesse sentido entendem-se políticas como um conjunto de ações capitaneadas pelo Estado com objetivo de atender as demandas da sociedade em um assunto específico. Já no que se refere ao termo política este tem origem no estabelecimento da Polis Grega e significa basicamente a busca do bem comum. Com relação às Políticas Florestais e de Proteção Ambiental nota-se que tem ocorrido um grande esforço por parte do Estado para gerir e regulamentar essas políticas (uso sustentável do solo, da água, das florestas e etc) ainda que a eficácia e a eficiência das ações estatais nem sempre sejam alcançadas.

¹ Especialista em Administração Pública pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Rede Estadual de Educação e do Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7153537921374199>.

Os objetivos desta reflexão teórica são de comentar forma introdutória o desenvolvimento da Política Florestal e de Proteção Ambiental no Brasil a fim de estimular os leitores a proporem novas formas de intervenção na realidade social e ambiental brasileira.

2 – DESENVOLVIMENTO

Segundo Folladori (2004) o economista alemão Karl Marx entendia que homem transforma a natureza por meio do seu trabalho. Assim o homem satisfaz as suas necessidades subtraindo do ambiente natural a sua existência. Nesse sentido é possível entender que a relação homem X natureza se constitui em uma relação fundamentalmente transformadora, já que ao transformar o seu ambiente também transforma a si mesmo.

Os bens produzidos a partir da natureza são dotados de uma intencionalidade que faz com que estes se transformem não somente em objetos, mas reflitam a própria personalidade humana, porém é preciso ressaltar que historicamente ocorreram diversos conflitos na relação homem natureza. Principalmente porque a racionalidade do capital operou no sentido dessacralização da natureza, fato que nos tempos atuais tem se transformado em esgotamento de muitos recursos naturais.

Com relação ao histórico das Políticas Florestais e de Proteção do meio ambiente o Brasil desde o seu início (período colonial) explorou de forma intensiva os seus recursos florestais sem que houvesse grandes preocupações com o equilíbrio ambiental, já que o retorno econômico era a grande e quase exclusiva preocupação (Bacha, 2004). No que se refere ao Estado brasileiro pode-se dizer que sua atuação a oscilou entre a ausência de marcos regulatório para defesa do meio ambiente e uma regulamentação que procurou preservar apenas os interesses de grupos econômicos e políticos sobre o conjunto da sociedade., porém é preciso ressaltar que ausência do Estado dessas questões em alguns momentos históricos se constituiu na maioria das vezes em um posicionamento a favor daqueles que

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 05 Páginas 60-63
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

priorizam o lucro em detrimento da igualdade social e do desenvolvimento sustentável.

O Estado enquanto uma estrutura permanente (pelo menos até o dia que a sociedade achar necessário) sempre estará presente nas políticas relacionada ao uso e ocupação dos espaços naturais (Florestal Mineral e Rural) seja de maneira negativa, seja de maneira positiva, porém no que se refere ao Estado na função de governo, sua atuação é quase sempre permeável as demandas originárias dos diversos grupos que compõem a sociedade. Grupos estes que competem entre si para influenciar as ações do governo (Schlesener, 2001) particularmente no que se refere às políticas públicas.

Ao longo da história os movimentos sociais (sem- terra, ambientais, seringueiros e outros atores sociais nacionais e internacionais introduziram nas agendas políticas dos Estados e das empresas a necessidade da produção de desenvolvimento de um econômico que alie distribuição de renda e preservação ambiental, mas estas são questões conflituosas que parecem não ter soluções de consenso em curto prazo, como por exemplo, é o caso do novo código florestal brasileiro que não agrada aos grupos ambientalistas e muito menos ao setor agrícola do país.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios para a construção de uma Política Florestal e de proteção ambiental que garanta condições de sustentabilidade ambiental e econômica são inúmeros, pois como já dito neste trabalho os grupos humanos quem compõem a sociedade tem interesses muitas vezes divergentes e que chocam frontalmente. Situação que reclama soluções de diversas esferas da vida social, inclusive da Universidade enquanto um ator produtor e difusor de conhecimento transformador da realidade social.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 05 Páginas 60-63
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

4 – BIBLIOGRAFIA

ABBRUCIO, Fernando. *Os Barões da Federação*. São Paulo: Hucitec, 1998.

AICHEIR, Cristofh. A Política Florestal Européia: Um Sonho ou uma Realidade? *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 177-188.

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs->

2.2.2/index.php/cienciaflorestal/article/view/1817/1081. Acesso em 10 de julho de 2011.

BACHA, Carlos José Caetano. O Uso de Recursos Florestais e as Políticas Econômicas Brasileiras: Uma Visão Histórica e Parcial de um Processo de Desenvolvimento. *Estudos Econômicos*. [online]. 2004, vol.34, n.2, p. 393-426.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612004000200007&script=sci_arttext. Acesso em 10 de julho de 2011.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

FOLADORI, Guillermo. A Questão Ambiental em Marx. Tradução de Patricia Vieira Trópia. *Crítica Marxista*, Campinas, 1997, vol. 04, p. 140 – 161. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Foladori.pdf. Acesso em 18 de setembro de 2011.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: UFPR, 2001.

VIANA, M. B. *Contribuição Parlamentar para a Política Florestal no Brasil*. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2004.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 05 Páginas 60-63
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	